

 Vitória Maria do Nascimento Gonçalves Paes de Barros <sup>1</sup>

 Laura da Silva Dias Rahal<sup>2</sup>

 Matilde Conceição Lescano Scandola<sup>2</sup>

 Daniela Bicalho<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo<sup>ROR</sup>, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Nutrição. São Paulo, SP, Brasil

<sup>2</sup> Secretaria Municipal de Educação de São Paulo<sup>ROR</sup>. São Paulo, SP, Brasil.

Manuscrito oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso título “Evolução das Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito da Alimentação Escolar no Município de São Paulo”, autoria de Vitória Maria do Nascimento Gonçalves Paes de Barros e orientação de Daniela Bicalho, apresentado em Dezembro de 2021, como requisito parcial para a graduação no curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

#### Correspondência

Vitória Barros  
vipaes98@gmail.com

#### Editor Associado

 Érika Cardoso dos Reis

## **Práticas de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa de Alimentação Escolar em uma capital brasileira**

### **Practices of Food and Nutrition Education within the scope of the School Feeding Program in a Brazilian capital**

#### Resumo

**Introdução:** A Educação Alimentar e Nutricional, uma diretriz do Programa Nacional de Alimentação Escolar, contribui para a valorização da cultura alimentar, redução do desperdício de alimentos e promoção da alimentação saudável e sustentável. **Objetivo:** Descrever a trajetória das ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito da Alimentação Escolar no município de São Paulo. **Métodos:** O presente trabalho caracteriza-se como um estudo original, na área temática de Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. Trata-se de um estudo transversal com abordagem quanti-qualitativa, incluindo coleta de dados relacionada às ações de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo. Os dados quantitativos foram coletados em 2018 e 2019 por meio de questionários *on-line* com as escolas. Os dados qualitativos foram coletados em 2021 através de entrevistas semiestruturadas com profissionais da área da Educação e Alimentação. **Resultados:** Em 2018 e 2019, participaram do estudo 1.659 e 2.037 escolas, respectivamente. A partir do teste de associação Wilcoxon-Mann-Whitney, verificou-se aumento significativo da frequência de ações de Educação Alimentar e Nutricional em 2019, entre as escolas participantes, em relação ao ano anterior ( $p < 0,01$ ). Em 2021, foram entrevistadas nove profissionais (nutricionistas, professoras, cozinheiras e gestoras escolares). Os dados revelam a necessidade da interdisciplinaridade para o desenvolvimento de tais ações nas escolas. **Conclusão:** Para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional no âmbito da Alimentação Escolar, evidencia-se a importância de uma equipe de nutricionistas e pedagogas, com perspectivas em consonância, visando promover essas práticas nas escolas, bem como gestores que reconheçam sua importância.

**Palavras-chave:** Alimentação Escolar. Educação Alimentar e Nutricional. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

#### Abstract

**Introduction:** Food and Nutrition Education, a guideline of the Brazilian National School Feeding Program, contributes to the appreciation of food

culture, reduction of food waste, and promotion of healthy and sustainable eating. **Objective:** To describe the trajectory of Food and Nutrition Education actions within the scope of School Feeding in the city of São Paulo. **Methods:** This is an original study in the thematic area of Food and Nutrition in Public Health. It is a cross-sectional study with a quantitative-qualitative approach, including data collection related to FNE actions in public schools of the São Paulo Municipal Education Network. Quantitative data were collected in 2018 and 2019 through online questionnaires sent to schools. Qualitative data were collected in 2021 through semi-structured interviews with professionals in the fields of Education and Food. **Results:** In 2018 and 2019, 1.659 and 2.037 schools participated in the study, respectively. Using the Wilcoxon-Mann-Whitney association test, a significant increase was observed in the frequency of FNE actions in 2019 compared to the previous year ( $p < 0,01$ ). In 2021, nine professionals (nutritionists, teachers, cooks, and school managers) were interviewed. The data highlight the need for interdisciplinarity to develop such actions in schools. **Conclusion:** To effectively develop FNE within School Feeding, it is essential to have a team of aligned nutritionists and educators to promote these practices in schools, as well as managers who recognize their importance.

**Keywords:** School Feeding. Food and Nutrition Education. Nutrition and Food Programs and Policies..

## INTRODUÇÃO

### O Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgiu na década de 1940, visando transferir, em caráter suplementar, recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinados a suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos. Hoje, o PNAE é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, sendo o único com atendimento universalizado.<sup>1</sup>

Dentre as diretrizes do PNAE, destaca-se o emprego da alimentação saudável e adequada, com o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, sexo, atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que precisam de atenção específica.<sup>2</sup>

O Programa atua de forma descentralizada desde 1994, sendo um avanço, visto que permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação condizente com o hábito alimentar da população das diferentes regiões do país, incentivando a economia local e regional e a inclusão da comunidade.<sup>3</sup>

O PNAE é um importante eixo de acesso à alimentação suficiente e adequada, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), promovendo a segurança alimentar e nutricional dos bebês, crianças, adolescentes e adultos atendidos.<sup>4,5</sup> Nesse contexto, o PNAE passou a ser uma importante política pública, presente hoje nos 5.570 municípios, 26 estados e no Distrito Federal, sendo considerado o programa de maior longevidade e o maior programa de suplementação alimentar do Brasil, tanto em termos de número de beneficiários, quanto de municípios atendidos.<sup>6</sup>

Entretanto, a operacionalização dessa política apresenta um processo complexo, uma vez que a gestão do Programa não se restringe somente ao fornecimento de alimentação ao escolar. Para que o PNAE ocorra de maneira exitosa, sua gestão deve estar inserida em uma rede de relações que envolvem atores de diferentes segmentos, tanto da área educacional, do setor econômico, da agricultura familiar e da sociedade civil, assim como as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), que devem apresentar condições para o estabelecimento de uma rede de apoio local que sustente e permita que o Programa seja gerido de forma eficiente.<sup>7</sup>

### A Educação Alimentar e Nutricional como diretriz do PNAE

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é definida como o campo do conhecimento e da prática contínua, permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. É considerada uma estratégia fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), contribuindo para a prevenção e o controle dos problemas nutricionais contemporâneos, como as doenças crônicas não transmissíveis e as deficiências nutricionais, bem como a valorização da cultura alimentar e a redução do desperdício de alimentos.<sup>8</sup>

A EAN é uma importante diretriz do PNAE, prevista pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e na Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. A partir desta lei, percebe-se claramente a mudança de uma concepção assistencialista para um programa pautado no Direito Humano à Alimentação Adequada.<sup>2</sup>

O ambiente escolar é um local privilegiado para a implementação da EAN, devido a sua função social de formar cidadãos críticos sobre o mundo e as pessoas, conhecedores de diversos assuntos relacionados

à vida e à sociedade, dentre elas a alimentação e a nutrição, com a finalidade de construir a cidadania e melhorar a qualidade de vida.<sup>9</sup> A escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil, dando cada vez mais ênfase ao desenvolvimento de EAN nesse espaço.<sup>10</sup>

Para abordar a EAN no ambiente escolar, é importante destacar profissionais como a nutricionista e o educador, que atuam nesse cenário e possuem influência sobre a alimentação e a nutrição, podendo oferecer contribuições relevantes.<sup>8</sup>

É evidente a importância da EAN nas escolas e de um processo de reflexão sobre suas possibilidades e limites, como forma de contribuir para avanços nesse campo. Apesar de a alimentação escolar representar a mais antiga política pública brasileira na área da alimentação e da nutrição, vigente há mais de 60 anos, é pouco concebida e pouco utilizada como estratégia de EAN. É necessário fortalecer uma nova compreensão de alimentação escolar, que vai além da refeição servida.<sup>11</sup>

## **O Programa de Alimentação Escolar da Cidade de São Paulo**

O Programa de Alimentação Escolar da Cidade de São Paulo é um dos maiores do mundo. Diariamente, são servidas cerca de dois milhões e trezentas mil refeições, para mais de um milhão de estudantes da Rede Municipal de Ensino (RME). Para oferecer uma alimentação saudável e variada, priorizando alimentos da agricultura familiar, a Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) da Secretaria Municipal de Educação conta com equipes de nutricionistas, logística, qualidade e gestão.<sup>12</sup>

O presente estudo foi desenvolvido de modo a beneficiar a Política Pública de Alimentação Escolar no Município de São Paulo, no campo de conhecimento da EAN.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal identificar as perspectivas e desafios para a prática da EAN no âmbito da Alimentação Escolar no município de São Paulo, destacando a importância da disseminação de tais práticas no ambiente escolar.

## **MÉTODOS**

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quanti-qualitativa, envolvendo dados relacionados às ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

### **Aspectos Éticos**

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sob o número CAEE 39738320.8.0000.5421.

### **Coleta de dados quantitativos**

Os dados foram coletados por nutricionistas e estagiária de Nutrição da CODAE, por meio de formulários eletrônicos da plataforma Google Forms enviados a todas as escolas da rede pública municipal de São Paulo, entre os meses de agosto a outubro nos anos de 2018 e 2019.

Os questionários continham perguntas abertas e fechadas relacionadas às ações de EAN realizadas, para a obtenção de um diagnóstico dessas práticas nas escolas da RME. Os formulários foram divididos em seis seções: Identificação da Unidade Educacional, Ações de EAN, Horta, Coleta de Resíduos, Refeitório e Refeição. Foram enviados questionários para todas as escolas públicas da RME de São Paulo, através de seus

respectivos e-mails institucionais. No formulário, não havia espaço para a inclusão de dados do respondente, apenas da Unidade Educacional, portanto, não é possível saber qual membro da equipe escolar foi responsável pelo envio das respostas de cada escola, mantendo o sigilo.

Além dos dados de identificação das unidades educacionais (nome, Diretoria Regional de Educação (DRE), tipo de unidade, tipo de gestão de alimentação), foram questionados sobre os tipos de ações de EAN desenvolvidas nas escolas; o tempo de realização destas ações; a inserção destas práticas em documentos (como o projeto político-pedagógico) e espaços de formação da escola; os funcionários envolvidos nessas ações; suas repercussões; as parcerias envolvidas no desenvolvimento de tais ações; a presença de hortas escolares e suas utilizações; a separação de resíduos na cozinha da escola e o destino dado a eles; a realização de compostagem; o sistema de distribuição de refeições utilizado; a organização do refeitório; o tempo das refeições; a presença de alunos com necessidade de dieta especial e o tratamento dado a eles no momento da refeição; o desperdício dos alimentos e suas causas; e o consumo de alimentos industrializados pelas crianças e adolescentes dentro das escolas.

### **Coleta de dados qualitativos**

Foram coletados dados acerca do histórico, evolução, perspectivas e desafios relacionados às ações de EAN no âmbito da Alimentação Escolar no município de São Paulo, através de entrevistas em profundidade com profissionais que atuam ou atuaram na RME, realizadas de fevereiro a março de 2021.

Foram convidados para participar do estudo profissionais com experiência em práticas de EAN. Todas as entrevistas foram feitas *on-line*, via chamada de vídeo, sendo gravadas com autorização das participantes, de modo a serem transcritas e analisadas posteriormente. Os profissionais recrutados receberam um convite para participar da pesquisa via *e-mail*, contendo todas as informações acerca da realização das entrevistas e da natureza da pesquisa, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser assinado por todos os que aceitassem participar do estudo, garantindo os aspectos éticos da pesquisa, conforme estabelecido pela Resolução CNS nº 466/2012.

Foi construído um roteiro com cinco questões abertas visando à obtenção de informações sobre o percurso, percepções, perspectivas e desafios relacionados à atuação das profissionais entrevistadas em EAN nas suas respectivas realidades de trabalho dentro da alimentação escolar de São Paulo.

Foram convidadas a serem entrevistadas nove profissionais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com experiência em EAN, de diversas áreas de atuação, de modo que pudessem ser avaliadas as implicações sobre a prática em diferentes realidades dentro da RME.

Em relação aos cargos exercidos pelas entrevistadas, as autoras optaram pelo recrutamento de: duas cozinheiras escolares, duas professoras, duas representantes da equipe gestora de escolas (coordenadoras pedagógicas e/ou assistentes de direção), duas nutricionistas da Coordenadoria de Alimentação Escolar e uma pedagoga que integrou a Divisão de Educação Alimentar e Nutricional (DIEDAN) da CODAE. As profissionais convidadas já eram conhecidas pelas autoras da pesquisa e todas aceitaram participar do presente estudo.

### **Análise de dados**

Os dados quantitativos utilizados neste estudo foram tabulados, organizados e analisados no programa Microsoft Excel®.

Para as análises descritivas das variáveis, foram calculadas frequências absolutas e relativas e medidas de tendência central (média ou mediana, valores mínimos e máximos e desvio padrão). Quanto às análises de associação, foi aplicado o teste não paramétrico qui-quadrado e, para a comparação de medianas, o Wilcoxon-Mann-Whitney. O nível de significância estatística para todas as análises é de 5% ( $p < 0,05$ ). As análises estatísticas foram feitas no programa STATA® versão 14.

Quanto aos dados qualitativos, a análise das informações obtidas através das entrevistas semiestruturadas foi feita em duas etapas. A primeira foi a análise inter-sujeitos:<sup>13</sup> reuniram-se todas as respostas de todos os participantes a cada um dos itens do roteiro e foi feita uma análise sistemática e rigorosa dessas respostas, para revelação de tendências centrais das respostas dadas pelo grupo como um todo, mas ainda não conclusivas. Na segunda etapa, tomaram-se as respostas de cada um dos participantes como um único conjunto, dentro do qual foram analisados possíveis conflitos de opiniões, inconsistências entre respostas, sentimentos contraditórios etc. Com os resultados obtidos nesta segunda etapa, retornou-se à primeira e foram novamente analisados os conjuntos das respostas dadas por todos os participantes a cada uma das perguntas. Essa análise permite que os dados coletados sejam dominados a fundo e torna possível detectar sentimentos e conflitos internos que a pesquisa se propõe a revelar.

Para fins de análise dos aspectos de interesse deste estudo, os dados coletados foram divididos em quatro eixos principais: percurso profissional, percepções sobre EAN, perspectivas e desafios. Após transcritas, as respostas das entrevistadas foram lidas separadamente e organizadas dentro dos eixos citados, de modo a serem destacadas e analisadas concordâncias e discordâncias entre as falas de cada profissional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este é o primeiro estudo que realizou um monitoramento das ações de EAN no âmbito da alimentação escolar do município de São Paulo, considerando o histórico, as perspectivas e os desafios para seu desenvolvimento.

Os resultados apresentados neste estudo mostraram a ampliação das ações de EAN na RME entre 2018 e 2019, sendo possível observar mais profissionais da área interessados nesta temática e a importância das ações formativas como facilitadoras da integração de conhecimentos e do reconhecimento da EAN como parte fundamental do currículo das escolas.

Cabe destacar que o local deste estudo é a maior entidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. Sendo assim, o presente estudo cumpre o papel de promover o avanço da política pública de alimentação escolar do município de São Paulo.

### Caracterização

Em 2018, participaram do estudo 1.659 escolas municipais; em 2019, este número aumentou para 2.037.

A maioria das unidades educacionais respondentes foram Centros de Educação Infantil (CEIs) (69% em 2018 e 72,3% em 2019), seguidas de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) (17,2% em 2018 e 15% em 2019). Quanto aos tipos de gestão de alimentação escolar, tem-se maior representatividade de escolas de gestão parceira (57,6% e 57% em 2018 e 2019, respectivamente) e gestão terceirizada (29,4% em 2018 e 30,6% em 2019). Tais resultados refletem o perfil de unidades educacionais da RME de São Paulo, na qual existe maior representatividade de CEIs e escolas de gestão parceira, seguidas de EMEIs e escolas de gestão terceirizada (Tabela 1).

**Tabela 1.** Distribuição de escolas participantes por tipo de unidade educacional, tipo de gestão de alimentação escolar e realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional, segundo o ano. São Paulo-SP, 2021.

Variável	2018		2019		<i>p</i> *
	N (n=1659)	%	N (n = 2037)	%	
Tipo de unidade					
CEI	1145	69,0	1474	72,3	0,13
EMEI	285	17,2	305	15,0	
EMEF	219	13,2	243	12,0	
Outros	10	0,6	15	0,7	
Tipo de gestão					
Parceira	955	57,6	1162	57,0	0,85
Terceirizada	488	29,4	623	30,6	
Mista	212	12,8	247	12,1	
Direta	4	0,2	5	0,3	
Realização de ações de EAN					
Sim	1227	74,0	1590	78,0	<0,01
Não	432	26,0	447	22,0	

\*Teste de associação Wilcoxon-Mann-Whitney. Nível de significância estatística:  $p < 0,05$ .

Abreviação: EAN - Educação Alimentar e Nutricional. CEI - Centro de Educação Infantil. EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil. EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental.

A maior parte das Unidades Educacionais respondentes em 2018 e 2019 afirmou realizar ações de EAN (74% e 78%, respectivamente). Em relação à realização de ações de EAN, percebe-se associação positiva entre as respostas de 2018 e 2019 ( $p < 0,01$ ), evidenciando maior frequência de ações desse tipo entre as escolas municipais ao longo do tempo.

Adicionalmente, foram entrevistadas nove profissionais do sexo feminino, que atuam ou atuaram na Prefeitura de São Paulo, envolvidas com a temática da EAN no âmbito do Programa de Alimentação Escolar. As entrevistas tiveram duração estimada de 30 minutos, a qual estava sujeita às subjetividades das entrevistadas e da entrevistadora: período do dia e da semana, sensações, sentimentos, relações, características individuais, compreensão dos assuntos abordados e experiência, entre outras variáveis.

Dentre as funções das profissionais entrevistadas, estão: duas cozinheiras escolares, duas professoras e duas representantes da equipe gestora (uma coordenadora pedagógica e uma assistente de direção) de CEIs e EMEIs da RME de São Paulo; duas nutricionistas da Coordenadoria de Alimentação Escolar, sendo uma ex-integrante da Divisão de EAN (DIEDAN) e a outra atuante no núcleo de Supervisão Externa da CODAE; e uma pedagoga, que também integrou a equipe da DIEDAN.

## Práticas de EAN no âmbito do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo

É evidente a importância da EAN no ambiente escolar, sendo construída com diálogo, participação, conscientização e transformação, através da articulação entre nutricionistas e educadores, desenvolvendo estratégias que considerem a alimentação sob uma perspectiva ampliada.<sup>11</sup>

Em 2018, foram obtidas respostas de 1.659 Unidades Educacionais e, em 2019, este número aumentou para 2.037 unidades respondentes, correspondendo a 48,5% e 57,5% do total de escolas existentes na RME de São Paulo nos respectivos anos.

Em ambos os anos, observa-se associação positiva entre a realização de ações de EAN e os tipos de unidade educacional e de gestão de alimentação escolar ( $p < 0,01$ ), sendo CEIs a maioria das escolas que afirmaram realizar tais ações (71,5% em 2018 e 74,6% em 2019), assim como unidades de gestão parceira (61,3% em 2018 e 60% em 2019). Percebe-se, também, a existência de associação positiva entre o tempo de realização de ações de EAN e os tipos de unidade educacional e de gestão ( $p < 0,01$ ). Foi verificado que CEIs e escolas de gestão parceira realizam esse tipo de ações há mais tempo, sendo estas mais consolidadas em tais unidades. Dentre as escolas que afirmaram realizar ações de EAN há mais de cinco anos, em 2018, 66,3% eram CEIs e 53% eram de gestão parceira; e em 2019, 64,4% eram CEIs e 34%, de gestão parceira (Tabela 1).

Em 2018 e 2019, os tipos de ações de EAN mais executados entre as escolas municipais foram rodas de conversa sobre alimentação (79,1% e 81,6% das escolas respondentes em 2018 e 2019, respectivamente), socialização do cardápio diariamente (59,2% em 2018 e 59,9% em 2019) e hortas escolares (51,9% em 2018 e 58,6% em 2019). Dentre as principais repercussões de tais ações nas unidades educacionais, houve aumento do consumo de verduras e legumes (68,5% em 2018 e 69,2% em 2019) e redução do desperdício de alimentos (60,1% em 2018 e 65,2% em 2019) (Tabela 2).

A maioria das unidades educacionais relatou que as ações de EAN estavam inseridas em seus respectivos projetos político-pedagógicos, sendo a frequência de 78,2% e 74,2%, em 2018 e 2019 respectivamente (Tabela 2).

**Tabela 2.** Trajetória anual das ações de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas municipais, segundo tipo, tempo, envolvidos, locais de inserção, repercussões e parcerias. São Paulo-SP, 2021.

Variável	2018		2019	
	N (n = 1227)	%	N (n = 1590)	%
<b>Tipos de ações</b>				
Rodas de Conversa	970	79,1	1298	81,6
Socialização do Cardápio	726	59,2	953	59,9
Horta	637	51,9	932	58,6
Oficinas Culinárias	563	45,9	844	53,1
Organização do Espaço do Refeitório	553	45,1	759	47,7
Palestras sobre Alimentação Saudável	520	42,4	438	27,5
Exploração de Espaços Alimentares	133	10,8	229	14,4

**Tabela 2.** Trajetória anual das ações de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas municipais, segundo tipo, tempo, envolvidos, locais de inserção, repercussões e parcerias. São Paulo-SP, 2021.

Variável	2018		2019	
	N (n = 1227)	%	N (n = 1590)	%
<b>Tempo de realização</b>				
Menos de 1 ano	350	28,5	436	27,4
1 a 2 anos	387	31,5	535	33,6
3 a 4 anos	243	19,8	308	19,4
Mais de 5 anos	247	20,1	311	19,6
<b>Locais de inserção</b>				
Projeto Político Pedagógico	959	78,2	1180	74,2
Eixos temáticos do currículo	446	36,3	623	39,2
Horários coletivos de formação	354	28,9	354	22,3
<b>Envolvidos</b>				
Professores	1204	98,1	1556	97,9
Coordenador Pedagógico	1141	93,0	1490	93,7
Diretor	980	79,9	1290	81,1
Cozinheiras Escolares	944	76,9	1238	77,9
Família	714	58,2	922	58,0
Funcionários de Limpeza	595	48,5	730	45,9
Assistente de Direção	408	33,3	480	30,2
Auxiliar Técnico de Educação (ATE)	386	31,5	466	29,3
<b>Repercussões</b>				
Aumento no Consumo de Verduras e Legumes	840	68,5	1100	69,2
Redução do Desperdício de Alimentos	737	60,1	1036	65,2
Ampliação do Repertório Alimentar	648	52,8	931	58,6
Aumento da Adesão à Alimentação Escolar	553	45,1	756	47,5
Valorização da Alimentação como parte do Currículo	549	44,7	696	43,8
Aumento da Socialização durante a Refeição	508	41,4	624	39,2
Reflexões sobre Tempos e Espaços da Alimentação	222	18,1	289	18,2
Redução de Alimentos Industrializados Trazidos pelos Alunos*	108	8,8	127	8,0
<b>Existência de Parcerias</b>				
Sim	432	35,2	547	34,4
Não	795	64,8	1043	65,6

\*Nota: A possibilidade de trazer alimentos que não fazem parte da alimentação escolar (ultraprocessados) para consumir na escola é opção apenas para Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF).

## O papel do nutricionista como educador e promotor da EAN no âmbito da alimentação escolar

No presente estudo, dentre as escolas que afirmaram possuir parcerias para a realização de ações de EAN (35,2% e 34,4% em 2018 e 2019, respectivamente) (Tabela 2), a maioria apontou as nutricionistas da Coordenadoria de Alimentação Escolar como principais parceiras em ambos os anos (52,3% em 2018 e 51,9% em 2019).

Uma das nutricionistas entrevistadas relatou que sempre esteve ligada a ações formativas dentro da alimentação escolar de São Paulo, mas que só se envolveu de fato com a temática da EAN a partir do ano 2000, quando recebeu estagiários de Nutrição no então Departamento de Merenda Escolar (DME). Na ocasião, a equipe começou a selecionar textos sobre a temática (a qual era chamada de "Educação Nutricional") e a realizar ações pontuais, envolvendo teatro, fantoches, e atividades como colorir, pintar e ligar pontos. A entrevistada afirmou que, na época, as nutricionistas não tinham "nenhum conhecimento" sobre questões pedagógicas. Deste modo, a nutricionista, junto com uma de suas colegas, passou a buscar aproximação dos pedagogos da Secretaria Municipal de Educação, que sugeriram um projeto conjunto. De acordo com os relatos da entrevistada, foi possível constatar que, quando o DME foi transferido da Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB) para a Secretaria Municipal de Educação, os trabalhos foram facilitados.

Com base nas percepções de três entrevistadas, ações formativas constituem o "principal caminho" para a ampliação da EAN na RME.

Segundo Barbosa et al.,<sup>14</sup> no espaço escolar, a orientação de práticas de EAN por nutricionistas, centradas apenas na relação entre alimentos e sua composição nutricional, por meio de metodologias autoritárias e tecnicistas, fortalece uma relação baseada em um único protagonista detentor do conhecimento, tornando a prática maçante para estudantes e professores. Faz-se necessário superar esta concepção de formação, de modo a promover a integração dos conhecimentos de diferentes atores que participam da EAN na escola.

Nesse sentido, duas entrevistadas apontaram a necessidade de existir, dentro da alimentação escolar, um grupo de nutricionistas com "visão ampliada", "não resistentes às questões pedagógicas", que priorizem a EAN, o que pode ser um desafio, considerando que nem todas as profissionais têm essa visão.

Na percepção de uma das profissionais, tratando-se de EAN no âmbito da alimentação escolar, o trabalho dos nutricionistas "não é direto com as crianças", mas com os educadores, a partir de ações formativas, que, por sua vez, têm sido "muito efetivas" no âmbito do PAE. Um dos principais resultados deste trabalho foi o aumento progressivo no número de hortas escolares na RME, observado nos últimos anos. Nesse sentido, uma nutricionista afirmou que as formações de EAN devem ser baseadas em "ir ao encontro das necessidades do outro", aproximando-se dos educadores, falando de forma que eles entendam, e valorizando seus conhecimentos.

Uma nutricionista relatou que o maior desafio é "sensibilizar os professores", conscientizando-os sobre a qualidade e a importância da alimentação escolar, considerando que estes são os profissionais mais presentes na rotina das crianças e adolescentes nas escolas. De acordo com a entrevistada, muitos educadores não dão valor à alimentação escolar, desestimulando a adesão à mesma.

Barbosa et al.<sup>14</sup> apontam que é comum a presença de educadores que não percebem a alimentação escolar como estratégia pedagógica. Portanto, evidencia-se a importância da articulação entre os conhecimentos sobre educação dos educadores e os conhecimentos sobre nutrição dos nutricionistas.

Marinho et al.<sup>15</sup> destacaram a importância da formação continuada de gestores e coordenadores pedagógicos, além da mudança da perspectiva "biológica" sobre a alimentação.

## **A interdisciplinaridade como ferramenta para o desenvolvimento de ações de EAN no ambiente escolar**

Conforme exposto na Tabela 2, em 2018 e 2019, os participantes deste estudo informaram que os professores são os principais envolvidos em ações de EAN nas escolas (98,1% e 97,9% em 2018 e 2019, respectivamente). Além disso, em ambos os anos, as famílias foram indicadas como atores envolvidos nas ações de EAN por 58% das escolas.

Duas entrevistadas apontaram a "falta de interdisciplinaridade" nas práticas de EAN como um desafio para as escolas. De acordo com uma das profissionais, a temática da EAN deve estar presente não só no momento da refeição, mas na sala de aula também.

A literatura torna cada vez mais evidente a importância da EAN no espaço escolar. A partir de 2009, observa-se um aumento no número de estudos sobre a temática da EAN, reforçando sua relevância crescente ao longo dos últimos anos. Estudos mais recentes preconizam a construção da EAN com diálogo, participação, conscientização e transformação, propondo a aproximação entre nutricionistas e educadores, o que pode constituir uma forma de superação dos limites da EAN no ambiente escolar, considerando que um dos maiores desafios neste âmbito é o desenvolvimento de abordagens que considerem as questões alimentares em uma perspectiva ampliada, através de estratégias problematizadoras.<sup>11</sup>

Destaca-se a articulação de toda a equipe escolar, nutricionistas, estudantes e seus familiares como um fator importante para a execução de ações de EAN nas escolas. Nesse sentido, Perez-Rodrigo et al.<sup>16</sup> sugerem a criação de grupos multidisciplinares e o envolvimento de todos os seus membros, como facilitador para o desenvolvimento de projetos de educação em alimentação e saúde. De acordo com uma das profissionais entrevistadas, a EAN constitui "um espaço que não pode ser construído sozinho [...] deve envolver nutricionistas, educadores, famílias, escola e comunidade".

Em estudo realizado em 2019 com professoras de educação infantil no município de Água Boa-MG, verificou-se que os conhecimentos dos professores estão embasados na dimensão biológica da alimentação. Mostra-se necessária a valorização de outras dimensões da alimentação, como sociais, culturais, ambientais e psicológicas.<sup>17</sup> Foi possível verificar este foco na perspectiva biológica da alimentação em entrevistas realizadas com educadoras da RME de São Paulo. No entanto, quando questionadas sobre a sua mudança de perspectiva sobre a alimentação, as entrevistadas afirmaram buscar ampliar sua visão e estudar mais o tema.

Cinco profissionais destacaram a importância de envolver toda a equipe da unidade educacional (professores, cozinheiras, equipe gestora) para o sucesso das ações de EAN no ambiente escolar. Uma das entrevistadas observou que, a depender do grupo de professores atuando na Unidade, as ações de EAN podem avançar mais ou menos, ou até mesmo não avançarem. Além disso, a comunicação direta entre escola e estudantes e suas famílias, sobre questões relacionadas à alimentação, foi indicada, por três profissionais, como elemento fundamental para a execução e avanço das ações de EAN.

Dentre as repercussões das práticas de EAN nas escolas, as entrevistadas apontaram o aumento do repertório alimentar das crianças e adolescentes, a construção da autonomia dos alunos, a formação de hábitos alimentares saudáveis, maior adesão à alimentação escolar e a redução do desperdício de alimentos.

Para tanto, ressalta-se a necessidade de melhorias na qualidade das refeições fornecidas nas escolas e o estímulo ao seu consumo pelos escolares, através das ações de EAN.<sup>18</sup>

De acordo com as percepções de quatro educadoras, a alimentação escolar na RME é "muito rica, diversa, balanceada, acompanhada por nutricionistas, e muito importante para os alunos". As profissionais relataram que estão sempre buscando mostrar aos estudantes e funcionários da escola a importância e a qualidade da alimentação escolar, de modo que esta seja mais valorizada.

Com base nos relatos de duas entrevistadas, constatou-se que, ao começarem a atuar na área da alimentação escolar, passaram a valorizá-la mais, percebendo que essa alimentação "faz muita diferença para os alunos", os quais "não têm acesso a essa diversidade de alimentos em casa".

Na percepção de três profissionais, é necessário comunicar-se com os estudantes, de modo a conhecer seus hábitos alimentares e envolvê-los nas questões relacionadas à alimentação escolar, visando aumentar sua adesão e aceitação. Duas entrevistadas destacaram a importância de as escolas estabelecerem uma parceria com as famílias dos escolares, conscientizando-as sobre a importância de uma alimentação diversa, com mais alimentos *in natura*, de modo que passem a priorizar esse tipo de alimentação em suas casas.

Bezerra<sup>19</sup> afirma que estudantes e suas famílias esperam encontrar, na escola, alimentos que não costumam consumir em casa, o que pode contribuir para a baixa aceitação da alimentação escolar, visto que existe uma diferença entre o que é esperado e o que é ofertado. Nesse sentido, nutricionistas, cozinheiras e professores são vistos como potenciais educadores para adequar o consumo da alimentação oferecida na escola.

Com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas neste estudo, percebe-se a necessidade de um novo entendimento da alimentação escolar, abrangendo todo o seu potencial educativo, não somente fornecendo refeições.

## **A intencionalidade política como desafio para a disseminação da EAN no âmbito da Alimentação Escolar**

Um dos desafios relacionados à gestão da Coordenadoria de Alimentação Escolar, para o avanço da EAN no âmbito do PAE, é a falta de reconhecimento da alimentação como área do conhecimento tão importante quanto as outras definidas pela legislação, conforme apontado por uma das entrevistadas, a qual acredita que a alimentação ainda é "muito atrelada a uma concepção mais tradicional".

De acordo com uma entrevistada, deve haver mais investimentos nas políticas públicas relacionadas à alimentação escolar e à ampliação da EAN neste âmbito. Silva et al.<sup>20</sup> indicam que investimentos governamentais são necessários para que seja dado o financiamento adequado à formação continuada voltada aos atores envolvidos na coordenação e a execução de ações de EAN.

Três entrevistadas indicaram que o maior desafio para a disseminação da EAN na Rede é o tamanho desta, a qual conta com mais de 1 milhão de alunos matriculados em mais de 3.400 unidades educacionais. Duas entrevistadas indicaram que o número de nutricionistas no Núcleo de Supervisão Externa da Coordenadoria de Alimentação Escolar é insuficiente em relação ao número de escolas na Rede, visto que cada nutricionista é responsável por cerca de 70 escolas. De acordo com uma das profissionais, as nutricionistas da CODAE têm que fazer visitas técnicas em todas as Unidades pelas quais são responsáveis, por isso as ações voltadas à EAN deixam de ser uma prioridade. Uma educadora afirmou que, considerando

o tamanho da rede municipal, não é possível atingir todos os educadores com as ações formativas. A entrevistada acredita que, mesmo a tecnologia podendo ser utilizada como uma ferramenta de formação, "não tem o mesmo efeito das formações presenciais".

Em estudo realizado no âmbito do Programa de Alimentação Escolar em um município no sudoeste da Bahia, o número insuficiente de nutricionistas na alimentação escolar também foi apontado como desafio para o aproveitamento de todas as potencialidades do PNAE, além de representar o descumprimento das legislações que regem o Programa. Deste modo, percebe-se que apesar das conquistas alcançadas com o fortalecimento do tema nos últimos anos, existe um hiato entre a legislação e a prática executada pelos profissionais.<sup>21</sup>

Em contraponto, uma das profissionais entrevistadas afirmou que o maior desafio para a EAN no âmbito da alimentação escolar é a percepção e intencionalidade política, independentemente da quantidade de escolas e alunos matriculados na rede.

A partir de 2018, quando foi criada a Divisão de EAN (DIEDAN) da CODAE, composta por nutricionistas e pedagogas, verificou-se aumento das ações de EAN na RME, visto que tal Divisão era a responsável por monitorar estas ações nas escolas e promover formações sobre temas relacionados à EAN (sustentabilidade, desperdício, hortas escolares, aleitamento materno, etc.) aos profissionais da RME. Uma das nutricionistas entrevistadas destacou a extinção da Divisão de EAN da CODAE, em 2020, como uma possível limitação nos trabalhos de EAN na Rede.

De modo geral, os dados apresentados no presente estudo indicam a importância da existência de uma equipe de nutricionistas e pedagogas, com perspectivas alinhadas, cujo objetivo principal consiste na promoção de EAN nas escolas. Para isso, os gestores do Programa de Alimentação Escolar da cidade também devem reconhecer a EAN como ferramenta pedagógica fundamental para conscientização, transformação e construção da autonomia dos indivíduos.

## CONCLUSÕES

Os achados deste estudo revelam a necessidade de articular conhecimentos entre nutricionistas e educadores, alinhados com a temática da EAN, para promover ações formativas relacionadas à temática, e de envolver toda a equipe escolar em tais práticas, para a ampliação, sucesso e continuidade das ações de EAN nas escolas. Para tanto, destaca-se a importância da intencionalidade política, de modo que os gestores do Programa de Alimentação Escolar possuam uma visão ampliada sobre o tema, abrangendo não somente o fornecimento de refeições e o suprimento de necessidades nutricionais, mas todas as potencialidades educativas do Programa, reconhecendo, assim, a EAN como parte fundamental do currículo escolar e investindo na formação continuada.

Dada a importância da política pública de Alimentação Escolar e da contribuição do nutricionista para o desenvolvimento da EAN, o presente estudo demonstra o impacto da atuação desses profissionais para a conscientização, formação de hábitos saudáveis e construção da autonomia dos indivíduos. Além disso, este trabalho evidencia a importância de equipes multidisciplinares, envolvendo nutricionistas e educadores, para a promoção de ações formativas no campo de conhecimento da EAN, voltadas aos profissionais da área da alimentação escolar, sob uma perspectiva integrativa, ampliada e problematizadora.

Pesquisas futuras podem conhecer as questões que norteiam este trabalho em outras entidades executoras do Programa, sugerindo uma avaliação em âmbito nacional, uma vez que a EAN pode contribuir para o aumento do repertório alimentar dos bebês, crianças e adolescentes, a formação de hábitos

alimentares saudáveis, maior adesão à alimentação oferecida na escola e redução do desperdício de alimentos, constituindo uma ferramenta pedagógica essencial para a transformação, conscientização e construção da autonomia dos estudantes, promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

## REFERÊNCIAS

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>
2. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 16 Jun 2009.
3. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2013;18(4):909-16. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>
4. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil). Resolução/CD/FNDE n. 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: 2006.
5. Brasil. Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010. Institui a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: 2010.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Cidades@ é um sistema que reúne informações sobre os municípios e estados do Brasil, produzidas pelo IBGE e por outras fontes. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php)
7. Belik W, Chaim NA. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Rev. Nutr.* 2009; 22(5):595-607. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>
8. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
9. Albuquerque AG. Conhecimentos e práticas de educadores e nutricionistas sobre a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar [tese]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; 2012. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9087>
10. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2012;17(2):453-462. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/o-fazer-educacao-alimentar-e-nutricional-algumas-contribuicoes-para-reflexao/6615?id=6615>
11. Borsoi AT, Teo ARPA, Mussio BR. Educação alimentar e nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. 2016;11(3):1441-60. <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.7413>
12. Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de São Paulo. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>

13. Nicolaci-da-Costa AM, Leitão CF, Romão-Dias D. Como conhecer usuários através do Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). In: Laura Sánchez García, Sérgio Roberto P. da Silva. Anais do VI Simpósio sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais: Mediando e Transformando o Cotidiano [Internet]; 17-20 Out 2004; Curitiba, PR. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Comitê Especial de Interação Humano-Computador – Sociedade Brasileira de Computação; 2004. p. 47-56. ISBN 85-7669-017-9. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: [www2.serg.inf.puc-rio.br/docs/MEDS-IHC2004.pdf](http://www2.serg.inf.puc-rio.br/docs/MEDS-IHC2004.pdf)
14. Barbosa NVS, Machado NMV, Soares MCV, Pinto ARR. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2013;18(4):937-45. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400005>
15. Marinho FCM, Assao TY, Cervato-Mancuso AM. Percepções e práticas dos diretores e coordenadores acerca da alimentação infantil em creches públicas do município de Jandira, São Paulo, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2010;17(Supl. 2):40-49. <https://doi.org/10.20396/san.v17i2.8634791>
16. Perez-Rodrigo C, Klepp K-I, Yngve A, Sjöström M, Stockley L, Aranceta J. The school setting: an opportunity for the implementation of dietary guidelines. *Public Health*. 2001;4(Supl. 2B):717-724. <https://doi.org/10.1079/phn2001162>
17. Magalhães HHSR, Porte LHM. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciênc. Educ.* 2019;25(1):131-144. <https://doi.org/10.1590/1516-731320190010009>
18. Ochsenhofer K, Quintella LCM, Silva EC, Nascimento APB, Ruga GMNA, Philippi ST et al. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina? *Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr.* 2006;31(1):1-16. [Acesso 08 set 2020]. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001538281>
19. Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação* 2009;14(40). <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100009>
20. Silva SU, Monego ET, Sousa LM, Almeida GM. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018;23(8):2671-81. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.19642016>
21. Santos PSO, Carvalho VCHS. Programa sobre educação alimentar e nutricional – percepção dos nutricionistas. *Demetra*. 2021;16:e51296. <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.51296>

### Colaboradores

Barros VMNGP e Bicalho D participaram da idealização do desenho do estudo, coleta, análise e interpretação dos dados, redação do estudo, revisão final e aprovação do manuscrito para submissão; Rahal LSD e Scandola MCL participaram da coleta, análise e interpretação dos dados, revisão final e aprovação do manuscrito para submissão.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

---

Recebido: 04 de junho de 2023

Aceito: 24 de fevereiro de 2025